

Editorial - Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais 12(2)

Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo¹

Marília Novais da Mata Machado²

Larissa Medeiros Marinho dos Santos³

¹ e-mail: fatimaqueiroz.ufsj@gmail.com

² e-mail: marilianmm@gmail.com

³ e-mail: medeiros.lara@gmail.com

Este segundo número do volume 12 de *Pesquisas e Práticas Sociais* vem consolidar a passagem da revista à periodicidade quadrimestral, empreendida desde o ano de 2016. Além da mudança na periodicidade, que reflete o compromisso de contemplar as expectativas do nosso público para uma publicação mais frequente, os leitores da *PPP* poderão perceber que temos buscado mais agilidade com a estratégia de publicação contínua, usando para cada artigo uma marcação alfanumérica que lhe é atribuída numa composição a partir do *e* (de versão eletrônica) com o número de sua submissão, permitindo às editoras, assim como aos autores(as), uma fácil identificação no fluxo editorial, desde a submissão à publicação.

O conjunto de temáticas que compõem este número trazem um forte acento nos trabalhos desenvolvidos com adolescentes, jovens, idosos e crianças, parcela da população que precisa da atenção de profissionais e pesquisadores para que suas questões ganhem visibilidade. Quase a metade dos artigos aborda esses segmentos geracionais estudados em algumas de suas experiências de vida, tanto nos aspectos que evidenciam sua vulnerabilidade como nas suas perspectivas de ação sobre o mundo. Nesse movimento, a Psicologia não se furta de transitar pelas fronteiras entre disciplinas e métodos, ampliando as possibilidades do entendimento de fenômenos que mobilizam a atenção dos autores(as).

Assim, abrindo os artigos sobre jovens, “O ponto de vista de adolescentes em situação de vulnerabilidade social sobre o agressor sexual”, Dorian Mônica Arpini, Sabrina Dal Ongaro Savegnago e Cibele dos Santos Witt, da Universidade Federal de Santa Maria, RS, apresentam resultados de grupos focais com meninos e meninas vítimas de maus-tratos ou

abusos sexuais na família. A análise do conteúdo realizada revela que pais e padrastos são os principais autores da violência, que a proximidade entre vítima e agressor dificulta a revelação da agressão, corroborando para o rompimento de relações familiares, e que as vítimas adolescentes esperam que os autores da violência recebam uma punição rigorosa.

Em “Vamos conversar? Histórias de jovens sobre o uso de bebidas alcoólicas nas comunidades quilombolas”, Roseane Amorim da Silva, Jaileila de Araújo Menezes, Leyllyanne Bezerra de Souza, Jéssica do Nascimento Silva, Renata Paula dos Santos Moura e Stellamary Brandão Rodrigues Gaia, da Universidade Federal de Pernambuco, relatam a devolução (feita por meio de retomada de contatos e de condução de oficina) dos resultados da pesquisa anterior, qualitativa, sobre uso de álcool entre jovens quilombolas pernambucanos.

“A História das práticas frente ao desvio social de jovens no Brasil: reflexões sobre o ideal de ressocialização”, de Fernanda Campos Marinho e Ana Lúcia Galinkin, da Universidade de Brasília, oferece análise histórica e teórica das mudanças nas práticas sociais voltadas para jovens “fora das normas”; verifica falhas na avaliação das políticas públicas voltadas para o jovem em conflito com a lei, como a utilização em larga escala da privação de liberdade; sugere pautas legais relativas à responsabilização, institucionalização e desinstitucionalização do jovem, fundadas na Psicologia e voltadas para a ressocialização.

No artigo “Projetos de carreira de adolescentes: contribuições de uma intervenção em Orientação Profissional em um Centro de Referência em Assistência Social”, Leonardo de Oliveira Barros, da Universidade São

Francisco, e Camélia Santina Murgo, da Universidade do Oeste Paulista, descrevem uma intervenção em Orientação Profissional com 30 adolescentes usuários de um Centro de Referência de uma cidade pequena do interior paulista. Os autores promoveram oito encontros nos quais utilizaram técnicas de autoconhecimento, reconhecimento de habilidades, informações sobre profissões, mercado de trabalho e bolsas estudantis que facilitaram estrategicamente o acesso pelos adolescentes a programas que visam planejar a construção de carreira.

Cristina Bordignon, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Santa Catarina, e Irme Salete Bonamigo, pós-doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em “Os jovens e as redes sociais virtuais”, fundamentadas na pesquisa cartográfica, com utilização de grupo focal e pesquisa documental no Facebook, analisam as implicações das redes sociais virtuais na configuração de relacionamentos entre os jovens. Concluem que redes sociais virtuais eventualmente homogeneízam subjetividades, mas também podem produzir subjetividades singulares e formas inéditas de viver.

Dois artigos abordam questões vivenciadas no processo de envelhecimento. Em “Mulheres idosas e sua experiência após a viuvez”, Taline Stedile e Maria Ivone Grilo Martini, da Faculdade da Serra Gaúcha, e Beatriz Schmidt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, buscam compreender, com auxílio de questionário sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas com análise de conteúdo, como idosas percebem os recursos que lhes favoreceram o processo de adaptação à viuvez, bem como as transformações

verificadas em suas vidas após a perda do cônjuge.

Na mesma linha temática, Talita Baldin, do Centro Brasileiro de Cursos (Cebrac), e Paulo Eduardo Viana Vidal, da Universidade Federal Fluminense (UFF), são autores de um estudo de caso intitulado “Sobre aquilo que se pode viver aos 80: um estudo de caso acerca da velhice institucionalizada”, que retrata uma idosa de 80 anos residente em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (Ilpis), trazendo reflexões sobre a velhice institucionalizada. Com as contribuições do referencial teórico da Psicanálise, apontam que, mesmo nessa fase da vida e em lugares que favorecem o empobrecimento subjetivo, é possível fazer um exercício de subjetividade.

Nas fronteiras entre a Psicologia e o Direito, o artigo “Fatores de risco ao crime de infanticídio: análise de julgamentos do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul”, as autoras Patrícia Ziomkowski, da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, e Daniela Centenaro Levandowski, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentam estudo sobre o infanticídio. Ao analisarem os casos disponíveis no site do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, observam que há um padrão nos fatores de risco para esse delito e indicam a necessidade de assistência adequada às gestantes para a prevenção dessa fatalidade.

Cinco trabalhos se dedicam à presença, cada vez mais proeminente, da Psicologia na área das políticas públicas relacionadas à saúde mental, ao cuidado e à assistência social. Abrindo esse bloco, o artigo “Diálogos entre saúde mental e atenção básica: relato de experiência do Pet-Saúde no município de Parnaíba-PI”, de autoria de Francisco Jander de Sousa Nogueira e Francisco Marcos Gomes de Brito, da

Universidade Federal do Piauí, traz o relato da experiência de integrantes do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) – Rede de Atenção Psicossocial (Raps), em uma Unidade Básica de Saúde da cidade de Parnaíba-PI. Utilizando como recurso a observação participante e rodas de conversa intersetoriais e multiprofissionais, essa experiência possibilitou observar os desafios na construção de uma atenção integral à saúde mental, bem como as dificuldades dos profissionais da Atenção Básica ao trabalhar a Saúde Mental.

Partindo de entrevistas com residentes e monitores de comunidades terapêuticas, Gerson Vieira de Paula Junior, da Universidade Federal de Juiz de Fora, e Amadeu Roselli Cruz, da Universidade Federal de Minas Gerais, elaboraram o artigo “Problemas interpessoais em comunidade terapêutica: um estudo exploratório”, que apresenta as crenças dos envolvidos a respeito de como as dificuldades nas relações interpessoais produzem efeitos sobre o tratamento de dependentes químicos nessas comunidades.

No artigo “Família, redes sociais e o uso de drogas: tensionamento entre o risco e a proteção”, as autoras Claudia Daiana Borges, da Faculdade Metropolitana de Guarimir, Carmen Leontina Ojeda Ocampo OMoré, Scheila Krenkel e Daniela Ribeiro Schneider, as últimas da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentam o resultado de 17 artigos selecionados a partir de uma revisão sistemática de artigos nacionais e internacionais publicados entre os anos 2004 e 2015. A pesquisa ocorreu partir dos descritores “social AND networks” AND “family” AND “drugs”.

Em “Grupo Operativo em Centros de Atenção Psicossocial na opinião de psicólogas”, com o objetivo de compreender os sentidos que as

psicólogas, coordenadoras de Grupos Operativos em Centros de Atenção Psicossocial (Caps), atribuem ao seu trabalho, Thays Maria do Nascimento e Wedna Cristina Marinho Galindo, da Universidade Federal de Pernambuco, realizaram pesquisa exploratória descritiva e qualitativa, a partir de entrevistas com cinco profissionais. Com utilização da Análise de Conteúdo, os dados indicaram um trabalho burocrático e mecânico, distante da abordagem teórica dos grupos operativos, além de outras fragilidades que devem ser abordadas para que o trabalho possa de fato contribuir para a saúde mental dos usuários do Caps.

Ao fim desse bloco, Andressa Dias Arndt e Kátia Maheirie, da Universidade Federal de Santa Catarina, no artigo “A música como mediadora de encontros em um Cras”, apresentam reflexões sobre a música mediando encontros coletivos. Nesse contexto, enfatizam a potência desse recurso, principalmente quando a criação se dá em grupo. O trabalho é uma pesquisa-intervenção participativa de caráter comunitário em que são discutidas as tensões encontradas entre a teoria e a prática, o fazer coletivo da música, a autoria estética e as contribuições para novas concepções de existência.

“Sem-terra com terra: resistências cotidianas no assentamento de Araras-SP” traz para a discussão acadêmica um assunto até recentemente circunscrito às esferas da política e da mídia. Nele, Caroline Cristiane Sousa e Marcia Hспанhol Bernardo, da Universidade Católica de Campinas, em pesquisa de cunho etnográfico, estiveram por dois anos imersas no campo, em um assentamento de reforma agrária em Araras-SP. Trazem relatos e experiências sobre como as representações sociais existentes sobre os sem-terra influenciam as relações

existentes entre os(as) assentados(as) e o seu entorno.

Finalmente, um artigo coloca em cena a história de vida como método. As autoras Maria Luísa Magalhães Nogueira, Vanessa Andrade de Barros e Denise Aparecida Oliveira Pimenta, da Universidade Federal de Minas Gerais, Adriana Dias Gomide Araujo, da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais e do Centro Universitário UNA, abordam, no artigo teórico “O método de História de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração”, o método de história de vida a partir da sua história, seu uso, filiações teóricas, seus potenciais como método e os cuidados necessários ao se trabalhar com memória.

A partir deste número, a PPP conta com Larissa Medeiros Marinho dos Santos como nova editora. A revista agradece a preciosa colaboração de Sheila Ferreira Miranda, coeditora desde 2014, quando foi publicado o número 9(2), até 2017, quando fechamos o editorial do número 12(1). Sheila prestou à revista auxílios preciosos: coordenação editorial do dossiê sobre Psicologia Comunitária, importante auxílio na organização do número especial sobre “o feminino” e na passagem da revista para quadrimestral. Nossos agradecimentos se dirigem também a Elisângela Ferreira, pela sua dedicação no competente trabalho de secretariado da revista; aos parceiros do Sedit, pela revisão, diagramação e postagem no Sistema de Editoração Eletrônica de Revista, e à Caboverde Tecnologia e Serviços, pela conversão e marcação dos artigos para inserção da PPP no Pepsic. Todas essas pessoas compõem a rede de serviços que permite a publicação de nossa revista.